

Projeto para dívida dos estados sofre alterações na Câmara

Relator retira do texto suspensão de reajuste do funcionalismo

BÁRBARA NASCIMENTO
barbara.nascimento@bsb.oglobo.com.br
ISABEL BRAGA
isabrag@bsb.oglobo.com.br

-BRASÍLIA- Um dia depois de o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, garantir que manteria duas contrapartidas no projeto que renegocia as dívidas dos estados com a União, uma delas foi derrubada pelo Congresso Nacional. O relator da proposta, deputado Esperidião Amin (PP-SC), decidiu, durante a sessão plenária na Câmara dos Deputados, suprimir o item que proibia os estados de concederem reajustes para servidores públicos durante dois anos. Segundo o vice-líder do governo, Arthur Maia (PPS-BA), o Palácio do Planalto concordou com a mudança. O recuo ocorreu para evitar uma derrota evidente no plenário e garantir a aprovação do projeto.

Com a mudança, a única contrapartida para um alongamento dos débitos por 20 anos será o teto para os gastos. A proibição de aumentos de salários gerou, nas últimas semanas, uma intensa pressão dos sindicatos que representam os servidores. Vários deputados resistiram e apresentaram diversas emendas durante os últimos dias na tentativa de retirar o item do texto. Ontem mesmo, o líder do PSD e integrante da própria base do governo, Rogério Rosso (PSD-DF), apresentou uma nova emenda que suprimia esses termos do projeto.

SEM REFERÊNCIA A ACORDO

Diante das várias tentativas de mudanças no texto, o ministro Meirelles convocou a imprensa na última segunda-feira para garantir que havia chegado a um consenso com o relator e que manteria duas contrapartidas: um teto para os gastos e a

proibição dos reajustes.

— O importante neste momento é o foco no ajuste fiscal dos estados e numa aprovação não só da repactuação das dívidas dos estados, mas das contrapartidas — disse ele na coletiva de imprensa de segunda-feira.

A suspensão dos reajustes, porém, foi alvo de forte pressão até da base aliada.

— Quem aderir ao acordo terá que congelar a folha de pagamentos. Mas posso ser governador, reduzir outras despesas em outras áreas e dar o reajuste. Entendo que, com essa redação, o governador não poderá nem readequar a folha — argumentou o líder do PSD, Rogério Rosso.

Até as 20h30m de ontem, o go-

verno estava esperançoso de que o projeto seria aprovado. Um requerimento chegou a ser apresentado para a retirada do projeto da pauta, mas foi refutado por 222 votos contrários e 99 a favor.

O relator Esperidião Amin também retirou do texto, durante a sessão plenária, a referência ao acordo de renegociação da dívida assinado entre União e estados, o que pode trazer complicações para a equipe econômica, à medida que desvincula o projeto de lei (PLP 257), que renegocia as dívidas dos estados, do documento assinado entre governadores e Fazenda.

O dia foi difícil para o governo não só na análise da renegociação das dívidas dos estados. Desde a manhã de ontem, os

projetos da pauta econômica tiveram dificuldade para avançar. O governo enfrentou sete horas de obstrução dos partidos da oposição para aprovar, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, a admissibilidade da proposta de emenda constitucional (PEC) que estabelece limite para o crescimento dos gastos públicos. Em sessão tensa, com manifestantes batendo boca com deputados, o parecer do deputado Danilo Forte (PSB-CE) foi aprovado por 33 votos favoráveis e 18 contrários. A aprovação da PEC na Comissão de Constituição e Justiça é o primeiro passo de uma longa tramitação da emenda no Congresso.

PEC DOS GASTOS

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), já se comprometeu a criar, de imediato, a comissão especial que analisará o mérito da proposta. O deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS), cotado para ser o relator da PEC nesta comissão especial, comemorou a vitória de hoje.

— Demos um passo importante. Foram mais de sete horas de obstrução, enfrentamos quatro (votações) nominais, mas, em todas, a base compareceu e colaborou para vencermos a obstrução. Vamos dialogar sobre o mérito, essa é a Casa do diálogo. Vamos buscar a convergência — afirmou Perondi.

Além de ter de ser aprovada na comissão especial, a PEC tem de passar por duas votações no plenário da Câmara. Só é aprovada se conseguir o apoio de, ao menos, 308 deputados. Se passar na Câmara, a emenda segue para apreciação no Senado, onde também tem de passar por comissão e depois, em duas votações, no plenário da Casa. ●

▼ PETROBRAS NO PRÉ-SAL

MINISTRO DEFENDE FIM DA EXCLUSIVIDADE

-BRASÍLIA- O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, defendeu a aprovação do projeto de lei de autoria do agora ministro de Relações Exteriores, José Serra, que acaba com a exclusividade da Petrobras na exploração do pré-sal brasileiro. O texto já foi aprovado no Senado e em comissão especial da Câmara e ontem foi tema de uma discussão numa comissão mais ampla, no plenário da Câmara dos Deputados, na qual suscita críticas da oposição.

— De nada interessa ter essa riqueza, sem que o povo brasileiro possa ter acesso a ela. Não só o acesso através dos royalties, mas à riqueza gerada pela exploração e extração dessas áreas, seja a empresa que for. Se puder ser a Petrobras, ótimo. Mas, se for

outra, ela vai gerar empregos no Brasil — ressaltou Coelho Filho, em discurso favorável à aprovação do texto.

Pela proposta em discussão, a estatal poderá optar quando vai querer manter a participação cativa de 30% nos blocos de exploração do pré-sal, o que a credita como operadora única dessas reservas. Se aprovado o projeto de Serra, a Petrobras vai poder escolher os blocos mais interessantes a ela.

— O que interessa mesmo ao país é acessar, de forma mais rápida, a sua riqueza. O fundo que criamos para ter acesso a essas riquezas ainda não recebeu recursos. Não estamos tirando da Petrobras o direito de participar nos seus 30%, mas estamos facultando a ela o direito de escolher — disse Coelho Filho. (Danilo Fariello)